

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Juliany Teixeira Lisboa

**Processos de legitimação do controle social das minorias estigmatizadas na  
esfera do Poder Judiciário**

Curitiba, 2015

Juliany Teixeira Lisboa

**Processos de legitimação do controle social das minorias estigmatizadas na  
esfera do Poder Judiciário**

Monografia apresentada como pré-requisito à conclusão do Curso de Especialização em Sociologia Política, Turma 2014, do Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me. Luiz Domingos Costa

Curitiba, 2015

**Resumo:** O trabalho monográfico tratará do controle social das minorias estigmatizadas, na esfera do Judiciário, buscando compreender como esse Poder atua nos processos de legitimação da política institucional do controle social dessas minorias, especificamente. Assim como outras instâncias de seletividade e exclusão, o Judiciário opera em uma lógica que sustenta o *status quo* político operante. Nesse passo, utilizando as idéias de Foucault, procurar-se-á demonstrar que o controle social depende de várias instituições para sua legitimação no cotidiano, simbólica e materialmente. Estigmatizar as minorias, nessa linha de raciocínio, pode ser uma prática comum a esferas cujos propósitos consubstanciem a seletividade opressora e exclusiva. A relevância desse trabalho se expressa, portanto, no fato de discutir como o Judiciário atua nos processos de legitimação do controle social das minorias estigmatizadas, destacando a bibliografia que trata, especificamente, dos processos de seleção e exclusão sociais, concluindo que a seletividade das pessoas ainda prevalece na sociedade atual, se manifestando, sobretudo, de forma institucional.

**Palavras-chave:** Controle Social. Minorias. Estigmatização. Poder Judiciário.

**Abstract:** This study will address the social control of stigmatized minorities in the judicial sphere, trying to understand how this power works in the legitimation of social control policy these minorities. Like other instances of selectivity and exclusion, the judiciary operates in a logic that underpins the functioning of political status quo. In this perspective, based on the thought of Foucault, it will demonstrate that the social control depends on various institutions for their legitimacy in daily life, symbolically and materially. In this line of analysis, stigmatize minorities can be a common practice in spheres that oppress and select people. The relevance of this work is discuss how the judiciary operates in the processes of legitimation of social control of stigmatized minorities, analyzing the literature that deals specifically of social selection and exclusion processes. It is conclude that the selectivity of people still prevails in our society, manifesting mainly in the institutional form.

**Keywords:** Social Control. Minorities. Stigmatization. Judiciary.

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>2 A estigmatização das minorias e a manutenção da estrutura social.....</b>	<b>7</b>
2.1 Os estigmas .....	7
2.2 Principais características.....	8
2.3 O que resulta da estigmatização.....	8
<b>3 O controle social na esfera do Poder Judiciário.....</b>	<b>10</b>
3.1 O controle social.....	10
3.2 O controle social – Processos de legitimação.....	11
<b>4 O Judiciário e processos de legitimação do controle social das minorias estigmatizadas.....</b>	<b>13</b>
4.1 Fundamentos gerais.....	13
4.2 A criminalização como principal procedimento seletivo e estigmatizante.....	16
4.3 Possibilidades de um controle social democrático.....	19
<b>5 Considerações finais.....</b>	<b>20</b>
<b>Referências.....</b>	<b>21</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Por que a seletividade na esfera do Poder Judiciário é inevitável e permanece legítima e imprescindível? Essa questão foi imprescindível para definir os contornos do presente trabalho monográfico. Isso porque, a temática da pesquisa e a necessidade de compreendê-la como sendo o resultado de lutas intensas que esmagam, imobilizam ou desqualificam oponentes em seus baixos começos históricos, posteriormente reescritos por gente que vive os combates diários derivados do mundo privilegiado da propriedade privada, era o interesse inicial do estudo.

Houve necessidade de recortar a temática de forma que esta respondesse que a máquina de triturar carnes e mentes é o sistema de legitimação de controle social das minorias estigmatizadas e no qual age um Judiciário seletivo e opressor.

Nesse particular, o intento é mostrar, caminhando com o pensamento de Michel Foucault, como se estabelecem as relações de poder que se exercitam no varejo do Judiciário e que apresentam dispositivos e instrumentos políticos com que são selecionadas pessoas para serem ou não punidas, com maior ou menor intensidade, mantendo-se a estrutura político-social seletiva e opressora operante.

Para tanto, a análise de alguns desses processos é precedida de uma justificação do tema da seletividade. Parte-se, pois, da ideia de que a ordem social é uma criação humana e os projetos sociais são os responsáveis pela produção daquilo que Zigmunt Bauman (2005) chama de *refugo humano*, que se destina ao controle do Poder Judiciário, constituído por uma classe de pessoas que são postadas na última fileira dessa ordem social.

A partir dessa ideia, propõe-se, no presente trabalho, uma abordagem do Judiciário, que se encontra contido nas práticas judiciárias, como ferramenta alimentadora e legitimadora do sistema opressor, sendo um dos elementos responsáveis pela seleção dessas pessoas. A atuação do Judiciário, portanto, dá mostras de uma seleção que utiliza determinadas armas dogmáticas e dispositivos da ciência do Direito para amoldar, com mais facilidade, certas ações oriundas de determinadas pessoas.

E, nesse viés, a seletividade, apontada no presente trabalho, implica que os criminosos, assim definidos pelo sistema judiciário, não são, necessariamente, os violadores da ordem jurídica. E que, de outra parte, nem todos os violadores da ordem jurídica são classificados como criminosos.

Assim, buscar-se-á identificar a correlação entre a criminalização, principalmente, dos pobres, no Brasil, e a manutenção da estrutura político-social seletiva e opressora, pois se quer demonstrar que o sistema é legítimo e não seletivo, mas as ações, pretensamente antisseletivas, acabam por reforçar o sistema opressor e resultarão em mais punição aos clientes cativos de sempre, num movimento circular que não morre (jamais).

Trata-se, pois, neste estudo, de uma análise do Judiciário brasileiro, responsável por parcela significativa da seletividade que o sistema realiza no momento da apuração de fatos e no julgamento das pessoas. Assim como outras instâncias de seletividade e exclusão, o Judiciário opera numa lógica que sustenta o *status quo* político operante, estando, nesse particular, a relevância da discussão, sendo o tema de interesse e de cunho não apenas das Ciências Humanas, mas também das Ciências Sociais, destacando-se a bibliografia que trata, especificamente, dos processos de seleção e exclusão sociais.

Na tentativa de melhor compreender o porquê de presidir, naturalmente, na ordem humana, na sociedade, normas e classificações das pessoas e grupos sociais - a incluir aquelas que a própria sociedade passa a definir como seres impróprios à convivência - a questão concernente à ordem social, como um concerto histórico, criação humana que costuma gerar excedentes e objetos descartáveis destinados a serem o supérfluo e o refugo, como resultado do arranjo que se dá às coisas, emergiu com maior gravidade. No entender de Zygmunt Bauman (2005), aliás, onde há projeto, há refugo, e “para que algo seja criado, deve-se destinar alguma coisa ao lixo”.

Nesse particular, na elaboração e execução dos projetos sociais, sobram seres humanos refugados, o que se vê com maior nitidez no movimento da modernização, como efeito de uma nova ordem mundial. Citando Mary Douglas, sustenta Bauman (2) que nenhum objeto é refugo por suas qualidades intrínsecas, nem tampouco por sua lógica interna: “é recebendo o papel de refugo nos projetos humanos que os objetos materiais, sejam eles humanos ou inumanos, adquirem todas as qualidades misteriosas, aterrorizantes, assustadoras e repulsivas”.

Para o desenvolvimento do lixo humano, conforme explica Bauman (2005), impõe-se também construir novas prisões, aumentar o número de delitos, de sentenças mais duras e penas longas em prol dessa atividade industrial de intensa criminalização dos problemas sociais.

Nesse instante é que surge o conceito de que o crime é de toda uma classe de pessoas que pertencem à última fileira da ordem social, constituindo a delinquência, que deve ser controlada (FOUCAULT, 1977). Na mesma linha, de forma semelhante, coloca-se o

pensamento de Nils Christie (1998), no sentido de que o surgimento do excedente populacional, advindo do crescimento do desemprego, para o que contribuíram o progressivo ingresso da mulher no mercado de trabalho e a queda dos regimes socialistas do leste, trouxe à tona a questão de como controlar as classes perigosas e os que não possuem trabalho, chamados por ele de “acionistas do nada”.

Partindo, ainda, da construção de Bauman (2005) sobre uma imensa categoria de pessoas destinadas ao refugio da sociedade, a proposta para o presente trabalho monográfico parte da premissa de que o Judiciário, como ferramenta alimentadora e legitimadora do sistema opressor, constitui-se num dos responsáveis pela seleção de seres humanos que devem ser afastados do convívio social e controlados de qualquer maneira - são as minorias estigmatizadas. Aliás, segundo Nilo Batista (2001, p. 13), “seletividade, repressividade e estigmatização são algumas características centrais de sistemas penais como o brasileiro”.

Por fim, será realizada, em termos gerais, uma análise crítica do Judiciário, principalmente sob o ponto de vista de sua seletividade, que é alimentada pelas instituições sociais, é construção cultural, sujeita ao crivo valorativo da sociedade - enquanto sistema que seleciona algumas condutas e as erige à condição de ações perigosas à sociedade - definindo, assim, o refugio humano da sociedade como alvo do arranjo da própria ordem social.

Como sustenta Zygmunt Bauman (2005, p. 43), a norma precede a realidade e o que seria uma ontologia do ser humano, criando “uma categoria universal de marginalizados/excluídos, e o direito de estabelecer um ‘fora dos limites’, fornecendo assim o lugar de despejo dos que foram excluídos, reciclados em refugio humano”.

## 2 A ESTIGMATIZAÇÃO DAS MINORIAS E A MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL

### 2.1. OS ESTIGMAS

O termo “estigma” surgiu na Grécia e indicava as marcas corporais feitas em alguns indivíduos, os quais a sociedade deveria evitar, ou seja, indivíduos que deveriam ser vistos de forma negativa (GOFFMAN, 1988), como escravos e criminosos em geral.

Sendo assim, a partir do seu conceito originário, pode-se dizer que estigma significa marcar ou deixar cicatriz; e estigmatizar, seria, portanto, censurar ou marcar negativamente alguém por determinadas condições. Esse conceito pode ser estendido até os dias atuais, pois os estigmas estão presentes corriqueiramente nas relações sociais, exercendo forte influência na vida política e econômica.

Todavia, num conceito mais moderno, os estigmas atuam como meta-regra (BACILA, 2008), pois traçam os preceitos que devem ser seguidos pelas pessoas, alterando a imagem do indivíduo perante a sociedade. Goffman (1988, p. 5) chama esse processo de formação de sentido dos estigmas de “precondições estruturais do estigma”, que seriam, segundo ele, a “definição do próprio conceito” de estigma.

O processo de estigmatização, portanto, nada mais é que uma forma de categorizar indivíduos de acordo com seus traços comuns, sejam eles físicos, morais, políticos etc. Segundo Goffman, o meio social que o indivíduo está habituado a frequentar pode estabelecer a categoria de pessoas que tem probabilidade de ser encontrada nesse ambiente. Ele afirma que “as rotinas de relação social, em ambientes estabelecidos, nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular” (GOFFMAN, 1988, p. 5), e, exemplifica, explicando que “quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos”, ou seja, seu *status* social “já que nele se incluem atributos como ‘honestidade’, da mesma forma que atributos estruturais como “ocupação” (GOFFMAN, 1988, p. 5).



## 2.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Dos estigmas derivam aspectos objetivos e subjetivos, que podem ser verificados se observados alguns fatos que se apresentam na sociedade. O aspecto objetivo se manifesta quando há uma característica exterior, enquanto o aspecto subjetivo se observa quando se verifica o legado ruim que o estigma deixou no indivíduo (BACILA, 2008).

É importante ressaltar que, muitas vezes, esses estigmas acabam fazendo o indivíduo estigmatizado internalizar certas características que lhe atribuem e se recolher em grupos de pessoas que seguem determinado padrão de caracterização em que o sujeito se encaixa. Zélia Melo vai além e diz que:

[...] alguém que demonstra pertencer a uma categoria com atributos incomuns ou diferentes é pouco aceito pelo grupo social, que não consegue lidar com o diferente e, em situações extremas, o converte em uma pessoa má e perigosa, que deixa de ser vista como pessoa na sua totalidade, na sua capacidade de ação e transforma-se em um ser desprovido de potencialidades. Esse sujeito é estigmatizado socialmente e anulado no contexto da produção técnica, científica e humana (MELO, 2014, s/p.).

Vê-se, pois, que os estigmas, ou as marcas, sejam elas subjetivas ou objetivas determinam o grupo social em que determinada pessoa será ou não aceita, e, ainda, as qualidades ou defeitos, capacidades e potencialidades dessa mesma pessoa, anulando, completamente a possibilidade de desenvolvimento social sadio.

## 2.3 O QUE RESULTA DA ESTIGMATIZAÇÃO?

A partir dessas premissas, podemos dizer em que planos essas marcas atribuídas a certos indivíduos podem incidir e que consequências podem gerar.

Depreende-se que a exclusão social é o primeiro - e, talvez, mais importante - fruto das categorizações estigmatizantes. A partir da estigmatização decorre também o fenômeno da manutenção do poder. Essa é outra consequência dos estigmas, podendo-se afirmar que os seres não estigmatizados – os indivíduos considerados “normais” e privilegiados - continuam no topo das relações interpessoais, de forma que o poder emanado por eles sobre os excluídos (estigmatizados) acabam por perpetuar essa relação de hierarquização do normal sobre o preterido.

Muitas vezes o conceito de estereótipo é associado ao estigma. Embora os dois sejam parecidos e alguns doutrinadores atribuam o mesmo significado a essas palavras, seus conceitos são complementares. Para Elbert (apud BACILA, 2008, p. 30-31), o estereótipo pode ser autenticado pelas instituições e converter-se em desqualificação permanente do indivíduo, elaborando um processo de estigmatização. Para ele, “os pré-conceitos são generalizados pelos estereótipos” (apud BACILA, 2008, p. 31).

Na mesma linha, Chapman (apud BACILA, 2008, p. 31) cita exemplos de que forma indivíduos diferentes, que praticam o mesmo ato criminoso, podem acabar sendo “taxados” de forma diferente. Isso acontece, segundo ele, não só por conta do controle social feito pela administração do Estado (persecução penal e punição criminal), mas também através de entidades como a mídia, que reproduzam simbolicamente determinados modelos.

Sobre a mídia, se encaixa, perfeitamente, o pensamento de Pierre Bourdieu (1997, p. 13), para o qual “a televisão é o oposto da capacidade de pensar”, enquanto que Sartori desenvolve a tese de que “o homo sapiens está se degradando para um homo videns por culpa de uma cultura exclusivamente de imagens” (apud DIAS; DIAS; MENDONÇA, 2014, s/p.). Imagens estas que ajudam a estigmatizar.

Essa breve explanação sobre os estigmas e os processos de estigmatização das minorias, procurou mostrar que a exclusão social é a mais importante consequência para a acepção do papel dos estigmatizados e da influência sofrida por estes quando falamos de seletividade na esfera do Poder Judiciário.

### 3 O CONTROLE SOCIAL NA ESFERA DO PODER JUDICIÁRIO

#### 3.1 O CONTROLE SOCIAL

Controle social é um conceito que teve sua origem com a Sociologia, sobretudo por meio das colaborações de Émile Durkheim, vindo a se expandir ao longo do século XX, com mais força nos Estados Unidos, em 1920. Grosso modo, designa um conjunto heterogêneo de recursos materiais e simbólicos que mantém a ordem social, ou melhor, garantem que os indivíduos comportem-se de maneira previsível e de acordo com as normas sociais vigentes em sua sociedade.

Assim, controle social é a regulação do comportamento (e até do pensar) dos indivíduos dentro de uma conduta desejável por aqueles que governam e legislam sobre o grupo social controlado. Trata-se, pois, de um “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem” (MANNHEIM, 1971, p. 178).

Na teoria política, o significado de ‘controle social’ é ambíguo, podendo ser concebido em sentidos diferentes, a partir de concepções de Estado e de sociedade civil distintas. Contudo, no que concerne ao objeto deste estudo, insta salientar que, para algumas análises marxistas, “a burguesia tem no Estado, enquanto órgão de dominação de classe por excelência, o aparato privilegiado no exercício do controle social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 108).

Sob essa visão, o Estado é o principal responsável por controlar as pessoas, sobretudo de forma simbólica, o que se chamou na teoria marxista de “Aparelhos Ideológicos do Estado”, particularmente com Althusser (1985). Esses aparelhos, tais como a escola e as TVs estatais, teriam a função de transmitir o que deseja a classe social dominante, a fim de manter o *status quo*.

Nesse passo, o controle social, que deveria trazer bem-estar à população, volta-se contra esta, que passa a ser vigiada como se trouxesse em si a periculosidade. Marginaliza-se, assim, aqueles que mais necessitam da proteção do Estado. Na economia capitalista, o Estado tem exercido, pois, o ‘controle social’ sobre o conjunto da sociedade em favor dos interesses da classe dominante para garantia do consenso em torno da aceitação da ordem do capital. E, esse controle é realizado através da intervenção do Estado sobre os conflitos sociais iminentes da reprodução do capital, implementando políticas sociais para manter a atual ordem,

difundindo a ideologia dominante e interferindo no “cotidiano da vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1988, p. 109).

A partir do referencial teórico do marxista italiano Gramsci (2000), em que não existe uma oposição entre Estado e sociedade civil, mas uma relação orgânica, pois a oposição real se dá entre as classes sociais, pode-se inferir que o ‘controle social’ acontece na disputa entre essas classes pela hegemonia na sociedade civil e no Estado.

### 3. 2 O CONTROLE SOCIAL – PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO

No âmago dessa questão, residem também as violências institucionais, que acabam por compactuar com a seletividade, perpetuando as estigmatizações lançadas a determinadas categorias de indivíduos.

A partir dessas premissas, tenta-se demonstrar que a partir da compreensão da mecânica do controle social, a seletividade do sistema corrobora um desnível social, de opressão e de desigualdade que visa manter o processo de estigmatização.

O descarte das pessoas indesejáveis (BAUMAN, 2005) é produto de uma ciência e de práticas legitimadas por instituições idôneas e eficazes. Trata-se do uso de uma forma de dominação, revelando a parcialidade do processo e, ao mesmo tempo, sua pretensão universalizante, que opõe obstáculos naturais a uma mudança de paradigma que implique alteração radical do sistema.

Resulta ainda mais claro, então, nesses episódios, que parte considerável da clientela do sistema, selecionada e classificada como criminosa, é composta de indivíduos pobres, miseráveis, profissionalmente desclassificados, desempregados e subempregados.

A manutenção, a vitalidade do sistema e seu gerenciamento não podem conviver com episódios deslegitimadores. Para tanto, os mecanismos seletivos do sistema procedem a uma outra espécie de seleção, elegendo determinados alvos, normalmente já objetos de divulgação, para que sobre eles recaia o rigor do sistema.

A seleção de alguns, portanto, passa a ser tarefa de todos. Essa espécie de democratização da punição resulta, inevitavelmente, em uma efetiva sociedade de controle (FOUCAULT, 1977).

Tal seleção, paradoxalmente, fundamenta-se no discurso antisseletivo e igualitário que investe contra a impunidade das elites econômicas, passando a exigir maior eficácia no controle para atingir classes e indivíduos imunes ao controle penal. Acaba, porém, atuando contra os excluídos de sempre, já que a ação fortalece as instituições.

Às prisões simbólicas de alguns poucos, por exemplo, sucedem as prisões em massa dos tradicionais clientes do sistema, já agora um pouco mais desprovidos de garantias legais e constitucionais.

Constata-se, pois, que punição e seleção são indissociáveis. Abolir a seleção significaria abolir a punição, já que a seleção, com seu alto grau de arbítrio, não pode sair das mãos do Estado, de suas instituições especializadas e seus especialistas.

Novas formas de solução dos conflitos, portanto, não devem reproduzir as formas clássicas do poder, especialmente a ideia de Tribunal, que estabelece o certo e o errado, o vencedor e o perdedor da batalha, numa estrutura de guerra permanente.

A seletividade, portanto, deve ser vista como um dispositivo essencial à funcionalidade e à gestão do sistema punitivo, fazendo com que as leis, o saber penal e as práticas judiciais possam ser compreendidas não como componentes de um mundo à parte, em que imperam soberanos o Direito e a Justiça, mas como dispositivos policiais de governo da sociedade e controle das pessoas indesejáveis.

## 4 O JUDICIÁRIO E PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DAS MINORIAS ESTIGMATIZADAS

### 4.1 FUNDAMENTOS GERAIS

Segundo Alessandro Baratta (1999), o sistema penal realiza a reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade, colocando em ação processos marginalizadores e criando contraestímulos à integração de setores mais baixos e marginalizados do proletariado.

Michel Foucault (1977) situa a seletividade no interior da própria legalidade, mercê da criação de uma proibição em seu entorno, ou seja, “um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência” (FOUCAULT, 1977, p.246). Para Foucault, resulta claro que a ação seletiva consiste em atender à demanda para a criação de uma delinquência, diferenciando as ilegalidades.

Nesse sentido é que se situa a definição de delinquente, apresentada por Foucault (2006, p. 47):

Procurou-se constituir, no próprio interior das massas populares, um pequeno núcleo de pessoas que seriam, por assim dizer, os titulares privilegiados e exclusivos dos comportamentos ilegais. Pessoas rejeitadas, desprezadas e temidas por todo mundo.

Assim, os mecanismos de seleção, suas técnicas e procedimentos, transformam o infrator em delinquente, para o que também exercem papel relevante os juízes e tribunais. O objeto da ação do Judiciário passa a ser, pois, o indivíduo perigoso, construído a partir de elementos biográficos.

Michel Foucault (2001, p. 45), nesse particular, deixa claro que o Poder Judiciário transforma-se em “*instância de controle do anormal*”, tratando-se do monstro de conduta, o monstro moral, como indivíduo a ser corrigido na justa medida.

No âmbito do Judiciário, a seletividade, a incidir sobre as pessoas, opera, pois, com diversas variáveis: classe social, raça, demonstrando preferência por pessoas que fornecerão um perfil pessoal, racial, político e profissional apropriado a receber as etiquetas do sistema.

A seleção dá-se, portanto, mediante a influência de vários outros fatores que se harmonizam com as variáveis apontadas, como a maior ou menor visibilidade da ação humana, as circunstâncias do fato, a aparência das pessoas e sua posição social.

Já no trabalho da polícia, a seletividade assume, às vezes, a forma de amostragem, incidindo sobre clientes prospectivos, que, por sua vez, influenciarão a posterior seleção judicial. É o que esclarece Jock Young (2002, p. 74):

A Polícia deixou de suspeitar de indivíduos e passou a suspeitar de categorias sociais. Por exemplo, quanto a parar e revistar: é mais efetivo suspeitar das categorias consideradas mais propensas a cometer infrações (e.g. negros, irlandeses, homens jovens da classe operária) do que suspeitar de indivíduos. Joga-se o arrastão em águas de resultados mais prováveis e ricos, em vez de se tentar a sorte de achar a maçã no cesto, isto é, de efetuar prisões procedendo na base de indivíduo por indivíduo. A velha evocação ‘prenda os suspeitos de sempre’ se transforma em ‘prenda as categorias de sempre’.

Alessandro De Giorgi vai ainda mais além ao afirmar que o recrutamento da população carcerária, por exemplo, ocorre com base na identificação de classes de sujeitos consideradas produtoras de risco, potencialmente desviantes e perigosas para a ordem constituída.

não são mais tanto as características individuais dos sujeitos que constituem o pressuposto (e ao mesmo tempo o objeto) das estratégias de controle, mas sim aqueles indícios de probabilidades que permitem reconduzir determinados sujeitos a classes perigosas específicas. Isso significa, concretamente, que categorias inteiras de indivíduos deixam virtualmente de cometer crimes para se tornarem, elas mesmas, crime (GIORGI, 2006, p. 98).

Como afirma Edson Passetti (2006, p. 91), especialmente no âmbito penal:

o próprio sistema penal não foi criado para responder a todas as infrações a ele encaminhadas. Desta maneira, conclui-se que o sistema penal processa, prende e sentencia pelo dispositivo da seletividade, e os seus alvos principais se ampliam ou se concentram a partir das populações pobres e miseráveis, das pessoas que atentam contra a moral e dos rebeldes contestadores do conformismo.

Nesse sentido é que deve ser compreendida a diversidade de instrumentos postos a serviço dos juízes e tribunais na classificação definitiva das condutas a serem efetivamente criminalizadas, compondo realidade que pode ser associada com o que Deleuze (2004, p. 225) chama de “*um novo regime de dominação*”.

Segundo Michel Foucault (1977, p. 164), “compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma

homogeneidade, que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais”.

A análise social da seletividade, é, portanto, em linhas gerais, o objeto da presente pesquisa, visando esclarecer como o Judiciário, por seus agentes, leem as condutas consideradas infracionais, colocando-as a serviço dos estereótipos previamente criados no seio da aplicação das leis.

E, nesse particular, pode-se afirmar que o que mais pesa na seleção é a pessoa do sujeito no sistema e não a prática do ato em si. O trabalho de interpretação, com seu aparato técnico, simplesmente procura esconder tal escolha, realizada pelos juízes e tribunais a partir do olhar sobre o indivíduo cuja conduta se sujeita à criminalização.

Logo, a ideia de uma seleção requisita à ciência jurídica um discurso que a mantém e a legitima. Tal vaticínio parece falar por si mesmo, no sentido de demonstrar o peso da biografia do réu sobre o julgamento de sua ação. Assim, a prática judicial constitui atividade de controle e normalização da minoria estigmatizada e clientela fixa do sistema. Trata-se de uma modalidade pastoral do poder, no sentido de uma razão judiciária de Estado, de natureza individualizadora, exercida de forma seletiva.

E, é bem verdade, a ação seletiva alimenta-se de uma imorredoura vontade de punir, a partir das ideias de retribuição e prevenção, de que juízes e tribunais, em sua atividade política, se acham imbuídos como gestores finais do sistema penal, no sentido de uma administração estatal dos castigos que o atravessa do princípio ao fim.

Nesse sentido, o Poder Judiciário acaba se ajustando em sua multiplicidade e aparente heterogeneidade, fazendo com que, em estágios e estratos diversos, os excedentes sociais sejam vistos como objetos legitimamente lançados para fora da sociedade ou, se nela incluídos, que ali possam ocupar, de forma útil, espaços determinados, a respeitarem a naturalidade da seleção.

Nessas situações, vê-se que o Judiciário compõe um universo de regulação social. Contudo, o que nos revela, afinal, a seletividade?

Certamente, uma desigualdade no tratamento dos comportamentos humanos. É inegável que o combate esporádico a essa desigualdade não se tem mostrado eficaz, ao contrário, ele se corporifica no processo de construção de “bodes expiatórios”, contribuindo para a reafirmação do sistema.



Assim, a atividade punitiva por parte dos juízes, no julgamento dos acusados, significa não uma simples repressão das condutas ilícitas, mas “uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles.

#### 4.2 A CRIMINALIZAÇÃO COMO PRINCIPAL PROCEDIMENTO SELETIVO E ESTIGMATIZANTE

A população carcerária reflete bem a seletividade do sistema brasileiro.

Em números apresentados pelo Departamento Penitenciário Nacional (2014), resta comprovado que a maioria dos detentos são jovens, negros ou pardos e muito pobres, cerca de 39,94% se consideram brancos, 17,22% de pele negra, 40,85% pele parda e 0,65% com pele amarela; 0,16 % são indígenas e a 1,18% dos presos foram atribuídas outras cores/etnias. Somando-se pardos e negros, portanto, o índice chega a 57,16%, bem acima da metade de toda a população carcerária do Brasil.

Em relação ao grau de escolaridade, por exemplo, sabe-se que 8,15% dos presos são analfabetos; 14,35% são alfabetizados; 44,76% possuem o ensino fundamental incompleto; 12,02 % possuem o ensino fundamental completo; 9,36% o ensino médio incompleto; 6,81% o ensino médio completo; 0,9% o ensino superior incompleto; 0,43% o ensino superior completo; menos de 0,1% nível acima do superior completo. 3,14% possui escolaridade desconhecida (DEPEN, 2014).

Destarte, resta dizer que as pesquisas estatísticas no Brasil só confirmam o que já se vê todos os dias: o preconceito institucional é endêmico no Brasil. Nesse ponto, segundo Baratta (2002, p. 121), deve ser feita “[...] uma política de grandes reformas sociais e institucionais para o desenvolvimento da igualdade, da democracia, de formas de vida comunitária e civil alternativas e mais humanas”.

Isso porque, as instituições são criadas por sujeitos das classes dominantes. Logo, depreende-se que os indivíduos que se encontram no topo da pirâmide de classes terão o propósito político de assegurar a conservação do *status quo* econômico do qual fazem parte, o que desaguará na escolha dos indivíduos que serão submetidos às normas elaboradas por esse grupo social.

Thompson explica como funciona esse processo de seletividade do sistema predominante. Segundo ele, “as classes abastadas utilizam-se de meios de manipulação (principalmente através da mídia), para afastar qualquer possibilidade de subversão da hierarquia social predominante” (THOMPSON, 2007, p. 47-48).

Logo, há uma priorização da punição a camadas mais “baixas” e de menor poder aquisitivo e político da sociedade, na qual se promove, sobretudo, a seleção, a partir de critérios estigmatizantes.

Para Foucault (2003, p. 11):

as práticas judiciárias – a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas.

A exemplo, a seleção das infrações, segundo o pensador francês, na verdade, encobre a seleção dos indivíduos, que passam a constituir-se em alvo da punição e necessitam ser controlados e domados em sua suposta periculosidade e agressividade, segundo critérios científicos obtidos das humanidades. Não se punem os delitos, mas as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos do meio ambiente ou de hereditariedade. Cumpre, assim, para Foucault (1997, p. 22), “dar aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre o que eles são, serão ou possam ser”.

Para a concepção positivista, a seleção, a cargo do Judiciário, se mostra de fundamental importância para a defesa social. Como sublinha Vera Regina Pereira de Andrade (2003, p. 70), “o princípio da individualização da pena com suporte na personalidade do criminoso é, pois, um produto do positivismo, ampliando significativamente os poderes discricionários do juiz”.

Já no âmbito da teoria jurídica propriamente dita, Hans Kelsen (1998) apontava que o estudo da criação do Direito pelos aplicadores constitui campo da Sociologia Jurídica, em cujo seio se coloca a questão central da eficácia do Direito, produto final em débito permanente com o trabalho hermenêutico dos seus aplicadores, os quais propiciarão a conformidade das condutas humanas à ordem jurídica.

A ordem social só existe no momento das trocas sociais. E, segundo Howard Becker (2008, p. 20), a questão de qual é o objetivo ou meta de um grupo e quais são os obstáculos à realização dessa meta é, muitas vezes, política e, conseqüentemente, “as questões de quais regras devem ser impostas, que comportamentos vistos como desviantes e que pessoas rotuladas como *outsiders* devem também ser encaradas como políticas”.

Há, pois, uma herança positivista da atividade judiciária, no sentido de uma individualização voltada para uma clientela seleta de pessoas consideradas perigosas, que constituirão o “refúgio da sociedade”, na conceituação de Zygmunt Bauman. Não há, conforme ratifica Bauman (1998), nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles lugares que elas não ocupariam “naturalmente”, por sua espontânea vontade.

Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas”, mas tão-somente sua relutância em permanecer no lugar idealizado para elas, revelando a fragilidade de todos os arranjos destinados a criar ou conservar um ambiente regular e estável, propício à ação sensata. Imundos são, portanto, todos aqueles que não se encaixam no mapa cognitivo, moral e/ou estético do mundo (BAUMAN, 1998).

Quem não se recorda, por exemplo, dos adjetivos usados pelo escrivão Isaías Caminha, ao descrever o instante em que virou fumaça a exaltada representação que guardava de si mesmo? Tratado de “mulatinho”, desqualificado, rebaixado por não sei quantas outras humilhações e ofensas, ele parecia, aos próprios olhos, “sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso” (BARRETO [1909] 1984, p. 51).

Como facilmente perceptível, a seleção judicial movimenta-se numa bem tecida rede de critérios interpretativos, entremeados por regras processuais e de prova e por procedimentos, a incidirem sobre condutas humanas carregadas de sentido, pré-selecionadas e estigmatizadas.

Partiu-se da ideia de que o conceito de ordem, como disposição conveniente dos meios para se obterem os fins ou arranjo de coisas, gera excedentes. Nesse sentido, a ordem social pode gerar excedentes humanos, e, parte dela, como se sustenta no presente trabalho, é alimentada pela sociedade e pelo Estado.

Isso porque, o Estado assume um papel estratégico na construção da ordem jurídica, a qual implica o exercício de uma seleção. Sua realização deve muito ao sistema jurídico e ao Judiciário, seja por intermédio das leis – que definem quais as condutas e autores devem ser

classificados como parte desse excedente social – seja pelos órgãos de aplicação das leis, entre eles, frise-se, o Poder Judiciário.

Insta salientar, contudo, que essa seleção não pode assumir-se parcial, interessada e desigual. Não pode, aliás, assumir-se sequer como seleção, pois sua legitimação nasce de critérios estabelecidos pelo caráter universal e igualitário atribuído às leis, fruto da alegada vontade geral da sociedade.

#### 4.3 POSSIBILIDADES DE UM CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO

A análise de várias situações reais pode levar a perceber a vigência, na sociedade brasileira, de uma representação social baseada em tecnologias de poder repressivas. Contra essa sociedade normalizadora e programada, efeito de uma tecnologia de poder centrada na vida, e de um Estado orientado para o controle social penal emergem no jovem século XXI, forças sociais de resistência, novos movimentos sociais, crítica aos processos sociais de construção da violência simbólica.

Seria, então, possível, pensar a construção de uma cidadania marcada pela criação institucional e pela difusão e comunicação de práticas sociais, jurídicas e simbólicas, inovadoras e globais, no âmbito da sociedade civil.

Em outras palavras, faz-se necessária uma construção social de controle social democrático, mediante o qual, tanto as instituições de socialização — a família, a escola, as associações locais, os meios de comunicação — quanto as organizações do controle social formal — as polícias, o sistema judiciário, as instituições prisionais — reconstruam o objetivo de uma governabilidade preocupada com as práticas emancipatórias dos conjuntos de cidadãos e cidadãs em suas vidas cotidianas, em suas trajetórias sociais e em seus sonhos de sociedade. Tais possibilidades estão presentes nas lutas sociais mundiais pela construção de uma sociedade democrática, com novas modalidades de controle social orientadas pelo respeito à dignidade humana.

Contudo, não se pode pretender sociedade democrática sem pensar em igualdade de direitos. Não se pode teorizar e nem realizar tal sociedade, sem conhecer e questionar as bases autoritárias da mesma para, então, pretender modificá-las.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ressaltar que o presente trabalho teve como escopo a explicitação do modo como o sistema de seleção se executa no seio da sociedade, a depender da classe social, origem étnica, religião e até mesmo gênero do indivíduo.

Restou claro que a execução do sistema judiciário, visando a garantia da paz social, não se estende a todos, o que denota o caráter heterogêneo e, portanto, seletivo do sistema.

Após a análise feita neste trabalho, foi possível concluir que a seletividade das pessoas no sistema ainda prevalece na sociedade atual, se manifestando, sobretudo de forma institucional. O intuito foi demonstrar que, para a mitigação desse fato, é de extrema importância que se reconheça que o indivíduo delinquente é, também, fruto da forma como a sociedade capitalista e excludente se manifesta.

Sendo assim, chegou-se à conclusão, através de dados estatísticos e fáticos, que quem sofre mais com esses estigmas e com a seletividade do sistema Judiciário numa sociedade capitalista, são aqueles seres marginalizados desde os primórdios, notadamente, os pobres.

O discurso da meritocracia, nesse contexto, deve ser, pois, relativizado, porquanto não há embate igualitário em que é premiado aquele que teve mais mérito quando inexistem condições semelhantes entre os indivíduos que estão na disputa.

É exatamente neste ponto que é necessário focar. É preciso o incentivo ao desenvolvimento de estudos para diminuição das iniquidades. Para isso, deve-se reconhecer a estigmatização das minorias, em todas as suas formas, como algo concreto, que realmente acontece no dia a dia, de forma velada, explícita ou institucional.

Além disso, deve haver uma tentativa de conscientização e de programas educacionais, para que se possa trazer o debate à tona. Não se pode negar que a seletividade interfere na construção da identidade e na produção dos sujeitos.

E, o tema não se esgota aí, porquanto está ligado, diretamente, à dinâmica do sistema, que, por si só, gera demasiada esfera de conflitos, necessitando de atenção e reflexão da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão da segurança jurídica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- BACILA, Carlos Roberto. *Estigmas: um estudo sobre os preconceitos*. 2. ed. ampliada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos, Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1999.
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1984 [1909].
- BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.
- \_\_\_\_\_; ZAFFARONI, Eugenio Raúl; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt, *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BECKER, Howard. *Outsiders*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2003.
- CHAPMANN, Dennis apud BACILA, Carlos Roberto. *Estigmas: um estudo sobre os preconceitos*. 2ª ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2008.
- CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime*. Trad. Luís Leiria. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Pós-scriptum sobre as sociedades de controle*. In “Conversações”. Trad. Peter Pál Perbart. São Paulo: Ed. 34 Letras, 2004.
- DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Penitenciário no Brasil. Infopen. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp>>, acesso em: 30/10/2014.
- ELBERT, Carlos apud BACILA, Carlos Roberto. *Estigmas: um estudo sobre os preconceitos*. 2ª edição ampliada. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2008.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Entrevistas*, com Roger Pol-Droit. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

GARLAND, David. *A cultura do controle*. Trad. André Nascimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

GIORGI, Alessandro de. *A miséria governada através do sistema penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2006.

KELSEN, Hans. *O que é justiça*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Quarta Edição. Cortez. São Paulo. 1988.

MELO, Zélia Maria de. *Estigmas: a deterioração da identidade social*. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/>> Acesso em: 20/10/2014.

PASSETTI, Edson. *Ensaio sobre um abolicionismo penal*, in Revista “Verve”, vol. 9. São Paulo: Núcleo de sociabilidade libertária, 2006.

THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1983.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. *Punir os pobres*, n/c trad. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.